

SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC



Evento	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO
	CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2016
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Consonância partidária e endividamento estadual no Brasil
Autor	LAURA MAASS PEREIRA
Orientador	DAIANE LONDERO

Consonância partidária e endividamento estadual no Brasil

Orientadora: Daiane Londero

Laura Maass Pereira¹

Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

Resumo: Durante o período do regime militar mantinha-se todo o poder político e econômico centralizado em âmbito federal, assim como a arrecadação de tributos, tornando então os estados dependentes da União. A crise financeira, agravada, principalmente, pelo fato de que o governo federal em alguns casos consentia com a inadimplência dos estados como meio de estratégia política, somado ainda a vitória da oposição nas eleições para governador nos estados mais importantes e consequentemente o aumento do poder político destes, ruíram com o regime autoritário. As alianças dos governadores com os entes do congresso trouxeram maior autonomia e influência aos estados, que os forneceu uma melhora na situação financeira, constituída pelo aumento da arrecadação tributária, pela postergação das dívidas com a união e com a ajuda dos bancos estaduais, tornando-os fortes política e economicamente nas decisões frente ao governo federal que perdia gradativamente espaço político e econômico. No cenário de um federalismo regido pelos chefes dos executivos estaduais, com um caráter predatório e não cooperativo, em que estes vetavam qualquer proposta estabelecida pelo governo federal, barrando seus domínios, para que não perdessem poder. Contudo, o governo central volta a ganhar força com a execução do plano real, que trouxe a estabilidade e a redução da inflação e o aumento da taxa de juros, enfraquecendo, assim os estados que já não conseguiam mais "jogar" com seus proventos. Situação que foi agravada pela regularização dos repasses da União para os entes federados e as medidas para diminuir os déficits públicos. A partir disso, observando uma grande oscilação das finanças públicas estaduais entre as trocas dos exercícios de um partido político e outro, esta pesquisa vem com o intento de verificar até que ponto o alinhamento dos partidos políticos dos estados com o da união interfere nas transferências voluntárias. Através da análise dos partidos que estiveram em exercício em âmbito federal e nos 27 entes federativos, no período que compreende desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso até o ano de 2015, e das dívidas públicas estaduais e das transferências voluntárias referentes aos respectivos mandatos.

Palavras-Chave: Federalismo. Transferências Voluntárias. Partidos Políticos. Divida Pública.

¹ Aluna do curso de Economia da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. E-mail: lrmaassp@gmail.com